

Diálogo entre jornalismo e meio ambiente: um estudo de caso da revista Amazônia S/A¹

Francielle Maria Modesto MENDES²
Francisco Aquinei Timóteo QUEIRÓS³

Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco, AC

Resumo

O objetivo da elaboração desse artigo é analisar de que forma a questão ambiental é discutida na revista Amazônia S/A, lançada em 2011. A revista é veiculada na Amazônia Legal, principalmente, no Acre e em Rondônia. Por acreditar que a abordagem do tema ainda é incipiente, faz-se necessária uma reflexão sobre o papel do jornalismo nos processos de conscientização da sociedade contemporânea, principalmente, no que se refere às temáticas ambientais. O corpus do trabalho são os textos extraídos das quatro primeiras edições da revista, publicadas em 2011 e 2012. O estudo contribui para o diálogo entre jornalismo e meio ambiente e auxilia na construção de um debate mais sólido sobre os temas relacionados aos aspectos ambientais. André Trigueiro e Wilson da Costa Bueno são alguns dos autores consultados para auxiliar na construção do trabalho.

Palavras-chave: jornalismo; meio ambiente; revista Amazônia S/A

A questão ambiental preocupa mais a humanidade, desde o final do século XX, por causa da forma descompromissada com que são utilizados os recursos naturais nos processos de desenvolvimento socioeconômico. Os avanços tecnológicos, a globalização, o aumento do consumo, a mudança dos processos de produção e suas consequências trazem à tona novas exigências de conscientização para sociedade. Nesse contexto, os veículos de comunicação desempenham papel fundamental, uma vez que são as únicas fontes ou as mais importantes para expressiva camada da população.

Sabe-se que um dos objetivos dos meios de comunicação de massa é somar esforços na construção de uma sociedade mais informada e conscientizada, inclusive, ambientalmente. O jornalismo ambiental é uma das especialidades do jornalismo científico, que tem como uma das suas principais funções, segundo Fabíola de Oliveira (2007), tratar

¹ Trabalho apresentado no GP Interfaces Comunicacionais, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC), onde atua como docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo. Membro do grupo de pesquisa Amajor – Amazônia, Jornalismo e Ambiente, email: franciellemodesto@gmail.com.

³ Professor Mestre em Letras, Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (UFAC), onde atua como docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo. Membro do grupo de pesquisa Amajor – Amazônia, Jornalismo e Ambiente, email: aquinei@gmail.com.

da necessidade das pessoas para que o maior número possível delas tenha acesso a informações científicas.

Contudo, interesses políticos e econômicos de grupos podem deslocar olhares ou reduzir pautas jornalísticas a abordagens simplistas e/ou equivocadas. Dessa maneira, faz-se necessário um debate constante e bem fundamentado para que a sociedade esteja atenta ao poder que a mídia exerce e ao quanto ela pode contribuir para formação social, política, econômica e ambiental.

Para discutir a relevância do jornalismo na divulgação de informações científicas, especialmente no que se refere ao meio ambiente, seleciona-se no presente artigo textos das quatro primeiras edições da Revista Amazônia S/A⁴, que foi idealizada – segundo informações extraídas do seu primeiro Editorial – para levar “aos estados que compõem a Amazônia legal e restante do Brasil inspiração, cultura e vida na Amazônia” (AMAZÔNIA S/A nº 1, 2011, p. 9).

A escolha da revista se justifica pelo fato dela ser a única, até o primeiro semestre de 2014, de circulação regular no estado do Acre e por ter foco em temáticas voltadas aos aspectos ambientais. Foram selecionados os seguintes textos para análise: “2011 – o ano das florestas”, “Parque Nacional da Serra do Divisor”, da edição número 1; “Projeto Tamazon vira livro”, da edição número 2; “Usina Hidrelétrica de jirau”, da edição número 3; e “Eco Negócio”, “Página Sustentável”, da edição número 4.

A partir da leitura desse material, pretende-se discutir de que forma as temáticas ambientais são conduzidas aos leitores da revista, se as abordagens seguem os princípios básicos do jornalismo no que diz respeito aos amplos interesses da coletividade e, sobretudo, se as questões sobre meio ambiente são esclarecedoras, debatidas com profundidade para que a população possa se informar melhor, se conscientizar da relevância dessas questões e, por fim, mudar hábitos relacionados ao meio.

Meio Ambiente, Jornalismo e Amazônia

Para o jornalista André Trigueiro (2003), o meio ambiente é “um conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles” (TRIGUEIRO, 2003, p. 77). Em consonância com Trigueiro, Wilson da Costa Bueno, afirma que “meio ambiente é o complexo de

⁴ A Amazônia S/A foi lançada em 2011 e circula principalmente nos estados da Amazônia Legal. Em abril de 2014, a revista já estava na sua décima edição.

relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas” (BUENO, 2008, p. 107-108).

A partir desses conceitos, é possível aferir que matérias jornalísticas sobre meio ambiente não devem se limitar a fauna e a flora ou a análises superficiais e factuais de acidentes e/ou catástrofes naturais, mas devem estar relacionadas também a todos os aspectos sociais e culturais de uma determinada comunidade.

Estudioso das interfaces entre jornalismo e meio ambiente, Bueno (2007) afirma que o jornalismo ambiental não pode ser confundido com marketing verde ou ecopropaganda. O trabalho feito nessa área deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento e com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado apenas como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios. Pensamento semelhante tem Vilmar Berna (2008) sobre democratizar a informação ambiental:

A democratização da informação ambiental é fundamental para o exercício pleno da cidadania crítica e participativa, pois quando as pessoas, o povo, ou as organizações não dispõem de informação de qualidade, fica comprometida a capacidade de fazer escolhas entre as diferentes alternativas e caminhos (BERNA, 2008, p. 89-90).

No caso das reportagens da Revista Amazônia S/A, foi possível encontrar vestígios do marketing verde e da ecopropaganda no texto intitulado “Eco Negócio”. A matéria destaca o empreendedorismo da empresa Plasacre⁵ como estratégia para vincular seus produtos e serviços a uma imagem ecologicamente consciente. O suposto avanço da empresa é tanto na área ambiental, que o texto afirma que ela tem até “solução ambientalmente correta para evitar mais derrubadas [na Amazônia]: o mourão de plástico reciclável” (AMAZÔNIA S/A nº 4, 2012, p. 33).

A reportagem ignora que toda ação, mesmo que sustentável, também causa danos à sociedade e precisa ser explicada à população e intensamente debatida. Na passagem a seguir, o autor do texto destaca, em ato visivelmente promocional, que a preocupação ambiental é tão grande que a empresa prefere compartilhar o seu lucro a tê-lo sozinha:

A Plasacre sempre sonhou com o trabalho desde a origem do lixo, porque em sua missão empresarial manteve o ideário de fazer na Amazônia o que grandes centros do mundo já fazem há algum tempo: gerar condições de trabalho digno, preservar o

⁵ A Plasacre é uma empresa de reciclagem que transforma todo o resíduo plástico da cidade de Rio Branco em novos produtos. Informação extraída no site <http://www.plasacre.com.br/>. Acessado em 19 de abril de 2014.

meio ambiente, conscientizar a sociedade e mostrar que é possível ver oportunidade inclusive no lixo. Ou seja, tornar tudo possível e, numa cadeia produtiva, provar que o lucro é melhor quando todos ganham (AMAZÔNIA S/A nº 4, 2012, p. 35).

No mesmo texto, a reciclagem é apontada como uma ação importante para que o Acre seja “destaque nacional em práticas ambientais” (AMAZÔNIA S/A nº 4, 2012, p. 32). Porém, ressaltam-se mais investimentos e benefícios econômicos da empresa do que propriamente sua contribuição para processos de sustentabilidade.

A imagem da Plasacre também é relacionada ao Projeto Catar, uma cooperativa de catadores de lixo, que funciona em Rio Branco – AC. Entretanto, a revista não dá voz a nenhum dos catadores para que eles possam discorrer sobre a viabilidade dessa parceria.

Só a cidade de Rio Branco produz 180 toneladas de lixo por dia, ou 28 caminhões abarrotados de lixo de toda natureza (...).

É aí que entra o Projeto Catar, uma cooperativa de catadores de lixo que, em pontos da cidade, disponibiliza depósitos de lixo seco reciclável. Há ainda os catadores individuais que vendem o lixo para a empresa (AMAZÔNIA S/A nº 4, 2012, p. 33).

Bueno (2007) ressalta que o saber ambiental não é prioridade dos que detém o monopólio da fala, mas deve estar sintonizado com o pluralismo e a diversidade. É preciso harmonizar ainda o diálogo entre o letrado e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo. O protagonismo do jornalismo ambiental não pode se limitar aos muros das universidades ou aos políticos. É preciso incluir também o povo da floresta, o catador de lixo, o agricultor e o cidadão da rua, evitando, de tal modo, o que o autor chama de “lattelização das fontes” (BUENO, 2008, p. 113).

Cabe aos jornalistas ajudar no processo de inclusão dos cidadãos comuns, dando voz a esses sujeitos para que eles possam compartilhar suas experiências e conhecimentos tradicionais, que enriquecem muito o debate ambiental. Como Bueno (2008), a jornalista Ana Estela de Sousa Pinto (2009) também ressalta que nem sempre vale a pena ouvir o pesquisador/especialista de um determinado assunto. A entrevista só se faz necessária quando o tema for ‘quente’ ou quando ele tiver, de fato, algo a acrescentar.

Na revista Amazônia S/A, as pautas de meio ambiente dão pouco destaque para fontes não especializadas (trabalhadores rurais, por exemplo), limitando-se somente a destaques de relatórios da ONU e a dados oficiais, como o do Instituto Nacional de

Pesquisas Espaciais (INPE). Percebe-se essa “síndrome do lattes⁶” na passagem a seguir extraída da matéria “2011: o ano das florestas”:

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam para um aumento expressivo de 27% do desmatamento na Amazônia brasileira, e levam a indícios de que esse fato possa estar relacionado com a simples expectativa de aprovação do texto por parte de proprietários, o que já demonstra a gravidade da questão (AMAZÔNIA S/A nº 1, 2011, p. 17).

Para o jornalista Ricardo Noblat, documento não se entrevista, mesmo assim existe “o hábito de publicar matérias que se resumem a ‘entrevistar’ documentos” (NOBLAT, 2010, p. 75). Com base nisso, o autor afirma que essas leituras/interpretações de dados, relatórios e documentos são “matérias preguiçosas”, o ideal é que haja apuração das informações. “Quanto mais apurar o assunto, melhor ficará a matéria” (NOBLAT, 2010, p. 75).

A revista volta a fazer uso de fontes especializadas em outros momentos, caso do texto intitulado “Usina Hidrelétrica de Jirau: da discórdia à sustentabilidade”, publicado na terceira edição, que cita o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA):

O índice de emissão de Balbina é dez vezes maior que o de uma termelétrica a carvão. Ela emite 3 toneladas de carbono por megawatt-hora; em uma térmica esse índice é de 0,3 tonelada de carbono por megawatt-hora, compara Alexandre Kemenes, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa (AMAZÔNIA S/A nº 3, 2011, p. 32)

Nota-se, ainda, uma tendência à exotização das belezas naturais amazônicas, além de um destaque excessivo para fauna e flora. Essa constatação comprova o dizer de Roberto Villar Belmonte, quando afirma que “o meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica” (BELMONTE, 2004, p. 21-22).

Essas angulações no texto jornalístico não contribuem, por exemplo, para o debate sobre a preservação da região e de sua biodiversidade, assim como não estimulam análises, investigações e apresentações de novos caminhos e comportamentos para sociedade. Destaca-se adiante um trecho retirado da reportagem “Parque Nacional da Serra do Divisor” em que é possível observar a floresta e a vegetação no centro da narrativa sem que haja reflexão ou análise a respeito da Amazônia:

⁶ Segundo Bueno (2008), síndrome do lattes é a utilização de fontes especializadas, que dispõem de currículo acadêmico, nas matérias sobre meio ambiente.

Os dias quase sempre quentes e com sol garantem uma viagem tranquila. A lentidão da embarcação possibilita uma observação de detalhes inesperados como macacos barulhentos fazendo seu habitual arvorismo, pássaros variados e nem sempre de fácil identificação, passagem de sucuris pelas margens e a presença marcante dos piuns (AMAZÔNIA S/A nº 1, 2011, p. 32).

A pesquisadora Schirley Luft (2005) afirma que a imprensa brasileira faz uma cobertura fragmentada das questões ambientais. Por isso, a preocupação com o meio ambiente é registrada em três situações: catástrofes naturais, relatórios publicados por revistas estrangeiras com dados sobre aquecimento global e no dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, instituído pela ONU. Devido a esses aspectos, a autora ressalta a importância de ampliar o debate e conscientizar os próprios jornalistas da necessidade de se aprofundar na discussão, mantendo espaços mais amplos para esse tipo de matéria (LUFT, 2005).

Retomando o texto “Usina Hidrelétrica de Jirau: da discórdia à sustentabilidade”, publicado na terceira edição da Amazônia S/A, é possível identificar que a revista destaca algumas construções de grande impacto ambiental na região amazônica. A princípio, o título pode induzir o leitor a pensar que a reportagem discutirá impactos da obra. Mas ao ler o texto, o que se percebe é a enumeração de vantagens que a hidrelétrica supostamente traz a Amazônia.

No subtítulo da matéria, o autor do texto diz que a construção gera “milhões de empregos e o aquecimento da economia na região” (Revista Amazônia S/A nº3, 2011, p. 40). O primeiro parágrafo da reportagem diz que a Amazônia “foi ungida como província energética” e que nada é “mais natural do que de seus numerosos, extensos e caudalosos rios se extraía a energia que o país precisa: a mais limpa, renovável e mais barata de todas as energias” (AMAZÔNIA S/A nº 3, 2011, p. 40). Usa-se o vocábulo ‘natural’, como se fosse inevitável que em determinado momento a região fosse explorada, em virtude de sua riqueza.

As problemáticas da construção são enumeradas na matéria: diferença de volume de água dos rios durante o ano, a existência de áreas indígenas, quilombolas, sítios arqueológicos e cidades inteiras no caminho das barragens. Mas não se faz reflexões sobre os impactos gerados, por exemplo, nas comunidades que vivem em torno dos locais da construção da usina e nem há preocupação em ouvir a opinião de seus moradores.

Até cogita-se a possibilidade de pontuar impactos ambientais, mas em seguida destacam-se aspectos que a revista considera como positivos e melhores para o desenvolvimento da região. É caso da inserção da fala do presidente da Federação do Comércio do Acre, Leandro Domingos, que afirma que “os impactos econômicos superam o preço a se pagar para construir hidrelétricas na Amazônia” (AMAZÔNIA S/A nº 3, 2011, p. 42).

A usina de energia é considerada um empreendimento sustentável e são pontuadas na reportagem inúmeras vantagens da sua realização: “a construção é viável economicamente, pois é independente de combustíveis fósseis, reduzindo, assim, o volume de emissão de gases responsáveis pelo aquecimento global e pelas mudanças climáticas” (AMAZÔNIA S/A nº 3, 2011, p. 43). Outra suposta vantagem é a construção da cidade Nova Mutum Paraná com “ruas asfaltadas, tratamento de água e esgoto, rede de telefonia fixa e móvel, acesso à internet banda larga, coleta seletiva de lixo, praças e áreas de lazer (...)” (AMAZÔNIA S/A nº 3, 2011, p. 43). Novamente, os moradores dessa localidade não são ouvidos.

Segundo a revista, a hidrelétrica ainda gera 20 mil empregos diretos, injeta 42 bilhões na economia do estado de Rondônia, e possibilita o aumento da construção de casas em 30%; destaca-se também o crescimento da rede hoteleira, das concessionárias de veículos e a construção do primeiro shopping do estado.

Desde a Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92, os meios de comunicação discutem no Brasil com mais frequência sobre o desmatamento das florestas, o aquecimento global, a poluição das grandes cidades, as mudanças climáticas, as vantagens de uma vida sustentável, entre outros assuntos. Mas, certamente, uma das funções prioritárias desses veículos deveria ser a exposição desses temas como “critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção” (LEFF, 2008, p. 15).

Apesar de alguns tópicos sobre meio ambiente se tornarem recorrentes na imprensa brasileira, as abordagens e conduções das temáticas ainda não são suficientemente eficazes para a formação da consciência ambiental dos cidadãos. Muitas matérias veiculadas na mídia visam relacionar grandes empresas a princípios sustentáveis, beneficiando a criação de uma ‘imagem verde’ que, na verdade, só contribui para o crescimento econômico de determinados grupos.

É o caso das reportagens sobre a Plasacre e a construção da usina de Jirau no rio madeira. A primeira ressalta o empenho da empresa de reciclados e a segunda destaca o comprometimento do Consórcio Energia Sustentável do Brasil – ESBR, grupo responsável pela obra, em assegurar sustentabilidade ao empreendimento e, por consequência, aos trabalhadores e moradores das proximidades da usina.

Teria o setor empresarial assumido sua responsabilidade para a melhoria da qualidade ambiental ou estaria somente querendo relacionar o seu nome com a causa para fins de manipulação e controle da opinião pública? Houve conscientização ou seria apenas uma ilusão de que o setor empresarial converteu-se a causa ambientalista?

A questão ambientalista é, antes de tudo, ideológica, por isso as respostas para essas perguntas não são tão simples de serem dadas, mas uma das formas de respondê-la é ouvindo não só as empresas – caso da revista *Amazônia S/A* –, mas também a comunidade de maneira geral. Assim, se saberia se as atividades que elas dizem propor, realmente, são executadas e se, de fato, beneficiam a população. Entretanto, para o autor Philippe Pomier Layrargues (1998), já há outras respostas possíveis para essas questões. Seus estudos afirmam que o súbito interesse pelo meio ambiente trata-se apenas de uma racionalidade econômica:

Vislumbram-se, hoje, simplesmente, oportunidades de negócio diante desta nova variável no mercado – a ecologia. Não seria a consciência ecológica, mas a consciência econômica que teria levado o empresário a adjetivar-se de verde e a criar ambientalismo empresarial como a mais recente vertente do movimento ecológico (LAYRARGUES, 1998, p.57)

Alguns posicionamentos unilaterais divulgados pela mídia denotam que os interesses econômicos se sobrepõem aos ecológicos. Tratar o investimento dessas duas empresas, por exemplo, como ‘empreendimento sustentável’ e ignorar as problematizações é desconsiderar o poder de crítica dos leitores e a obrigação de análise dos jornalistas, bem como prestar um desserviço à sociedade brasileira. Só o aprofundamento da discussão e a presença do contraditório levariam a sociedade brasileira a uma reflexão sobre as questões ambientais e a ter noção do impacto⁷ que determinadas construções causam, sobretudo, à região amazônica e aos seus habitantes.

⁷ Em março de 2014, o rio madeira superou a marca dos 19 metros, inundando as cidades de Porto Velho, Novo Mutum Paraná e a região do Abunã, deixando uma média de 5 mil famílias desabrigadas somente na capital de Rondônia. O Professor de Planejamento de Sistemas Energéticos da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Arthur Moretti, afirma que a inundação é proveniente de mudanças executadas no projeto original da construção de Jirau, que não foram

As abordagens superficiais das questões ambientais chamam atenção em outra reportagem intitulada “Projeto Tamazon vira livro”, publicada na segunda edição da revista. O projeto visa combater a extinção de tracajás e tartarugas na Amazônia. No texto, ressaltase que o autor do projeto Valmir Gomes Ribeiro é pecuarista interessado na causa dos quelônios há dezesseis anos e hoje tem a parceria do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O fato de o coordenador ser pecuarista é apenas citado no início do texto quando são enumerados ocupações e cargos que ele já exerceu, mas a contradição entre as funções de pecuarista e a de coordenador de um projeto de reprodução de quelônios não é questionada em nenhum momento da reportagem.

Novamente, o centro da história é a ‘boa ação’ individual em detrimento das contribuições sociais que elas podem proporcionar. Fala-se que o Tamazon é desenvolvido em parceria com seringueiros, ribeirinhos e indígenas, mas nenhum deles têm voz na reportagem apresentada. A partir disso, pode-se aferir que é característica da revista não dar espaço aos cidadãos comuns das comunidades tradicionais, uma vez que eles são até citados com frequência, mas suas opiniões não são solicitadas para a elaboração dos textos.

Nessa matéria em especial, as falas selecionadas também surpreendem pela incoerência, caso do senhor Valmir Ribeiro que faz a seguinte afirmação exposta em negrito no último parágrafo da matéria:

Vou continuar buscando os meios para que nossos filhos e netos tenham a oportunidade de ver as tartarugas pelos rios e ainda poder – na coerência da preservação – *experimental essa iguaria consumida por nossos antepassados* (grifo nosso) (Revista Amazônia S/A nº2, 2011, p. 31).

Após longo texto pontuando as ações de preservação do projeto e que ele inspirou inclusive um lançamento de livro, a revista destaca que o responsável do Tamazon tem o interesse em se alimentar de tartarugas e tracajás que ele diz trabalhar no processo de conservação. A fala utilizada é totalmente contraditória com a angulação do texto e as demais aspas apresentadas ao longo da reportagem e pode levantar, inclusive, dúvidas ao leitor quanto a real intenção e a forma de trabalho do coordenador ao desenvolver esse projeto.

Belmonte (2004) pontua que as superficialidades e as incoerências do jornalismo ambiental são prejudiciais ao entendimento do público, que começa a achar que os

suficientemente investigadas antes da execução da obra. (Disponível em: www.rondoniao vivo.com. Acessado em 19 de abril de 2014).

problemas do meio ambiente são dos outros, dos vizinhos, dos prefeitos, dos ecologistas, das grandes empresas. Por falta de compreensão, as pessoas não percebem as suas responsabilidades. Além disso, uma parte importante da sociedade passa a não observar aproximações entre assuntos afins, como por exemplo, o transbordamento do rio e a usina construída no meio da bacia hidrográfica; os bueiros entupidos das cidades e o excesso de lixo jogado na rua; ou ainda as doenças respiratórias e o período longo de seca.

Apesar da defesa que a revista faz a interesses de grupos, em alguns momentos, ela também procura enumerar dicas que possam contribuir para a população ter uma vida mais sustentável. No intuito de cooperar realmente para conscientização e mudanças de hábito das pessoas, na quarta edição da Revista Amazônia S/A, encontram-se 25 dicas numa coluna intitulada “Página Sustentável”, que informa o leitor sobre ter uma vida com maior sustentabilidade. Infelizmente, a página com dicas ambientais foi algo isolado e não teve sequência em edições posteriores.

Dentre as sugestões, podem-se identificar frases imperativas do tipo: “Tampe suas panelas enquanto cozinha”, “Use uma garrafa térmica com água gelada”, “Aprenda a cozinhar em panela de pressão”, “Cozinhe com fogo mínimo” etc (Revista Amazônia S/A nº4, 2012, p. 92).

Essas dicas são seguidas de pequenos parágrafos explicativos que auxiliam no entendimento de quem lê. Mesmo sem maiores contextualizações, as orientações já podem ser interpretadas como um passo a frente no trabalho de formação da consciência do público. Nem sempre o trabalho da mídia é eficiente na formação crítica do sujeito. Mas, felizmente, nesse último exemplo, foi possível encontrar um conteúdo que auxiliasse positivamente na formação ambiental do indivíduo.

Considerações finais

A análise dos textos da revista Amazônia S/A revela, que mesmo estando na região amazônica, o debate do jornalismo sobre o meio ambiente ainda é elementar, fragmentado, e, muitas vezes, substituído pela defesa de interesses de grupos, grandes empresas e de alguns políticos.

Falta o comprometimento e a militância com as causas ambientais. As questões econômicas ainda são predominantes para muitos jornalistas que preferem se juntar a

parceiros que investem financeiramente no veículo onde trabalham do que se unir as vozes das minorias silenciadas que querem, realmente, defender o meio em que vivem.

Apesar dos esforços em problematizar questões importantes como a sustentabilidade e a construção de uma usina hidrelétrica no rio madeira, a abordagem da revista Amazônia S/A ainda é reticente e lacunar. À medida que o veículo pontua pequenas ações cotidianas como importantes para os processos de sustentabilidade, caso da “Página Sustentável”, também aponta a construção de uma usina – com grande impacto social e ambiental – como parte do processo de sustentabilidade da região amazônica.

Com isso, um leitor menos atento às problemáticas do meio não entende que determinadas ações nada têm a ver com contribuições à preservação ambiental, e sim estão relacionadas com estratégias políticas e/ou de marketing que visam acima de tudo lucro e crescimento econômico de grupos específicos.

Outra questão ainda por resolver na interface jornalismo e meio ambiente é a ampliação do diálogo entre a academia e os cidadãos comuns (trabalhadores rurais, catadores de lixo, pescadores, operários, donas de casa, entre outros). O presente estudo deixa evidente o privilégio que os jornalistas dessa revista dão as vozes especializadas, silenciando as demais e colocando-as como de menor importância para o debate.

Porém, a abertura das fontes amplia a função social do jornalista, permite o contraditório, rompe com monopólios e ajuda a trilhar novos caminhos para as mais diversas áreas de conhecimento discutidas no jornalismo. Por isso, a relevância de estudos dessa natureza. Sabe-se que os novos olhares lançados aqui sobre o diálogo entre jornalismo e meio ambiente ainda não resolvem as tensões existentes, mas ajudam a problematizar a causa, a refletir pautas ambientais e a repensar o papel do jornalista nesse contexto.

Referências Bibliográficas

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sergio Vilas (org). **Formação & Informação Ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

BERNA, Vilmar. Desafios para comunicação ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCWAAB, Reges Toni. **Jornalismo Ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Ambiental**: explorando além do conceito. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCWAAB, Reges Toni. **Jornalismo Ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2008.

ECO NEGÓCIO. Revista Amazônia S/A. Ano 2, nº 4, p. 30-35.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, Meio Ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2007.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2010.

2011, O ANO DAS FLORESTAS. Revista Amazônia S/A. Ano 1, nº1, p.17, Junho/Julho, 2011.

PÁGINA SUSTENTÁVEL. Revista Amazônia S/A. Ano 2, nº4, p.92-93, Janeiro/Fevereiro, 2012.

PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR. Revista Amazônia S/A. Ano 1, nº1, p.32, Junho/Julho, 2011.

PINTO, Ana Estela de Sousa Pinto. **Jornalismo diário**: reflexões, recomendações, dicas, exercícios. São Paulo, 2009.

PROJETO TAMAZON VIRA LIVRO. Revista Amazônia S/A. Ano 1, nº2, p.28-31, Setembro/Outubro, 2011.

TRIGUEIRO, André (org). **Meio Ambiente no século 21**: especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

USINA HIDRELÉTRICA DE JIRAU: DA DISCÓRDIA À SUSTENTABILIDADE. Revista Amazônia S/A. Ano 1, nº 3, p.40-44.